

UMA ESTRATÉGIA PARA A AGROENERGIA

*** Roberto Rodrigues**

Um dos maiores êxitos do Governo Lula é, sem dúvida, a agroenergia. Desde os primeiros meses de Governo, ainda em 2003, o presidente assimilou a tese dos combustíveis líquidos renováveis, entendendo quantos empregos e quanta renda o programa poderia gerar no Brasil, e sobretudo, assumindo que o país teria papel protagonista na montagem de uma nova matriz energética mais positiva para o mundo. Enxergou claramente as vantagens comparativas que já tínhamos com a cana-de-açúcar como matéria-prima para o etanol e lançou o biodiesel, estabelecendo metas para a sua mistura no diesel, de 2% em 2008 e 5% em 2010.

O programa de biodiesel será cumprido, incluindo milhares de pequenos produtores rurais do semi-árido nordestino até então inviáveis na agricultura profissional.

Mas, acima de tudo, Lula convenceu lideranças do mundo todo quanto à viabilidade democrática da agroenergia - qualquer país pode produzir seu próprio combustível líquido - conferindo ao tema, ainda confinado ao conhecimento de uns poucos iniciados no exterior, uma dimensão planetária que se consolidou com as visitas de Bush a Lula há 4 semanas e agora, neste final de semana, com a ida de Lula a Camp David, em busca de parceria em um grande projeto hemisférico para o etanol.

O espetacular crescimento das vendas de carro flex no Brasil, hoje superior a 75% de todos os carros novos, a estabilização interna dos preços do etanol em função de uma oferta sustentada e a grande eficiência do sistema produtivo agroindustrial canavieiro, empurraram o tema para o noticiário diário da imprensa brasileira. Eventos se sucedem também diariamente em todo o mundo, e o etanol virou matéria de debates em tudo quanto é seminário, desde os diretamente ligados ao agronegócio até os que nada têm a ver com isto. Como consequência, tem bastante gente falando sobre o tema, nem sempre entendendo dele o suficiente. E, para complicar, sempre tem quem seja contra, pelas razões mais diversas: por questões eminentemente político-ideológicas, como é o caso recente de Fidel Castro - que vinha negociando com o Brasil um acordo tecnológico sobre o etanol e agora, com a posição americana, ficou contra -, por uma visão conservadora em relação ao petróleo, ou por achar que a agroenergia vai interferir negativamente na oferta de alimentos, ou que a cana vai invadir a Amazônia, ou um sem número de razões em geral determinadas pela falta de conhecimento mais profundo sobre o assunto.

Seja como for, é hora mesmo de botar ordem nesta temática. Centenas de novos projetos agroindustriais estão em andamento, o crescimento da área de cana é uma realidade e precisamos estabelecer uma clara e firme estratégia nacional.

Onde queremos chegar com esta produção?

Quantos bilhões de litros vamos produzir, e em quanto tempo? Para exportar que parcela? Para quem?

A estas perguntas básicas se somam outras demandas igualmente relevantes.

- um rigoroso zoneamento agroclimático para a cana-de-açúcar (no caso de etanol) e de oleaginosas (no caso do biodiesel) para eliminar definitivamente o temor do plantio em áreas de preservação.

- financiamentos somente para os projetos localizados nas zonas vocacionadas para as diferentes matérias primas.

- definição de investimentos em logística e infraestrutura para sustentar o escoamento interno e externo de produção

- política de estocagem que impeça flutuação de preços;

- política de ciência e tecnologia que mantenha o país na liderança mundial dos processos;

- formação de recursos humanos adequados para a gigantesca tarefa, sobretudo na área de gestão agrícola e industrial;

- treinamento e readequação de mão-de-obra rural que vier a ser substituída pela mecanização;

- programa de apoio a outras atividades rurais nas áreas vocacionadas para a cana e não mecanizáveis: frutas, borracha e madeira, por exemplo;

- estímulo à álcoolquímica, que já vem se desenvolvendo em outros países;

- estímulos às exportações não apenas do etanol ou biodiesel, mas de indústrias inteiras produtoras de ambos, de carro flex, de inteligência e tecnologia;

- montagem de acordos com países interessados no processamento de tecnologias, equipamentos e etanol, com contratos de longo prazo;

- discussão, junto à OMC, de políticas de comércio que não contaminem a agroenergia com o protecionismo dos alimentos;

- discutir a internacionalização do setor, com a entrada de vultuosos recursos externos;

- discutir o modelo de produção, buscando melhorar a distribuição da renda na cadeia produtiva, especialmente a da cana-de-açúcar;

- avaliar os reais impactos ambientais com o crescimento do setor.

Há, enfim, muitos temas ligados à agroenergia que são tratados em diferentes esferas do governo, e de interesse direto do setor privado. Cerca de 8 ministérios trabalham com agroenergia, sem falar na Petrobrás, na ANP, na EMBRAPA, na ANA, no INMET, na CPTEC e universidades e organismos oficiais de pesquisa e extensão. É preciso organizar tudo isto para estabelecer uma clara estratégia nacional, juntando empresas públicas e privadas na definição dos recursos deste monumental projeto que coloca o Brasil na liderança da modelagem de uma civilização mais equitativa.

Para isto, seria interessante a criação de uma Secretaria Executiva Nacional da Agroenergia ligada à Presidência da República, com status de Ministério, e com poder de coordenação sobre todos os órgãos do governo, integrada também por

representantes do setor produtivo, para o estabelecimento deste grande projeto. Foi assim que o Proalcool decolou, com um Conselho Executivo Nacional do Álcool - o CENAL, liderado pelo Ministro João Camilo Pena, e que nos trouxe até aqui.

Foi assim que a União Européia se organizou no século XX para a Segurança Alimentar, com estratégia claramente definida pelo PAC, Política Agrícola Comunitária.

E assim será no século XXI, no qual a Segurança Energética é uma grande prioridade.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal**